

Educação Mensalidade escolar sobe 20%

Congelamento divulgado ontem inclui gatilho de maio

O Ministério da Educação divulgou ontem a portaria número 398 que congela as semestralidades com base no valor da mensalidade de junho, que deve incorporar o gatilho de maio, de 20 por cento. A portaria esclarece ainda no seu artigo 3º que os pedidos de aumentos já encaminhados pelas escolas aos Conselhos Estaduais de Educação serão apreciados à luz dos elementos existentes até 12 de junho, data de publicação do Plano Bresser.

As decisões dos Conselhos Estaduais de Educação e Conselho Federal de Educação (CFE) definidas até 12 de junho referentes a reajustes das semestralidades continuam válidas, de acordo com a portaria. Estas decisões incluem o repasse proporcional dos aumentos dos gatilhos salariais as semestralidades, tendo em vista o quanto representa para o custo global das escolas os gastos com as folhas de pagamento.

Em resumo a portaria congela as mensalidades de acordo com as leis vigentes até 12 de junho, explicou o chefe do Gabinete do MEC, Osvaldo Della Justina, ao divulgar ontem a portaria. No primeiro semestre deste ano o Ministério da Educação divulgou dois decretos e duas portarias regulamentando os preços das semestralidades, concedendo aumentos de até 55,25 por cento, e reajustes a título de correção de defasagem homologadas pelos Conselhos de Educação.

Esta última questão está definida no parágrafo único do artigo 3º da portaria 398, que especifica que as concessões de correção de defasagem produzirão seus efeitos a partir da data de sua aprovação, obedecendo os critérios definidos no pa-

rágrafo 4º do artigo 8º do Decreto-lei número 2.335, que congelou os preços.

Para o segundo semestre a portaria esclarece que as semestralidades serão corrigidas a partir da data de flexibilização do congelamento, defasadamente, nos termos do Decreto-lei 2.335, obedecendo o que determina o artigo 3º do decreto número 93.911/87. Este artigo esclarece que os Conselhos de Educação terão por base a política econômica do Governo, ao avaliar os pedidos de reajustes das mensalidades.

Finalmente a portaria divulgada ontem estabelece que a mensalidade de junho deverá ser tomada como base para a correção das mensalidades no segundo semestre, a partir da data de flexibilização (provavelmente setembro), fixando a cobrança em seis meses.

Para o presidente da Federação dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), Roberto Dornas, a portaria anunciada ontem "decreta o fim do ensino privado". Segundo Dornas, "a balbúrdia é total no ensino particular, onde ninguém sabe o preço certo que pode ser cobrado do aluno, em consequência das normas implantadas pelo MEC".

Segundo o presidente da Fenen, as escolas ainda estão cobrando valores de janeiro ou fevereiro, "defasados em relação a inflação". Apesar de o Ministério da Educação garantir que a situação das escolas particulares está normal na maioria dos estados, Dornas ressalta ser grave o impasse vivido pelo ensino privado, especialmente nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco e Piauí.